

CONSELHO DE MINISTRO

Resolução n.º 26 /2004

de 13 de Dezembro

O prazo para a apresentação de candidaturas ao concurso público para a atribuição de licenças para o exercício da actividade de televisão por assinatura previsto no Regulamento aprovado pela Resolução n.º 2/2004, de 9 de Fevereiro, mostra-se manifestamente insuficiente e inadequado ao objectivo de se conseguir uma ampla adesão e participação de entidades interessadas.

Constata-se, a outro tempo, que o disposto no artigo 5º do citado Regulamento não se harmoniza com o desiderato proposto, constituindo, antes, um óbice à participação de um número significativo de interessados.

Assim, tendo em conta o objectivo de se conseguir uma ampla adesão e participação de entidades interessadas no concurso público para atribuição de licenças para o exercício da actividade de televisão por assinatura, e, mostrando-se necessário ajustar o prazo previsto para a apresentação de candidaturas ao citado concurso a esse desiderato;

No uso da faculdade conferida pelo n.º 2 do artigo 260º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º

Alteração à Resolução n.º 2/2004, de 9 de Fevereiro

Os artigos 5º e 9º Regulamento de concurso público para atribuição de licenças para o exercício da actividade de televisão por assinatura, aprovado pela Resolução n.º 2/2004, de 9 de Fevereiro, passam a ter a seguinte redacção:

“Artigo 5º

(Admissão a concurso)

1. Podem ser admitidas a concurso:

- a) As empresas públicas, as empresas privadas que adoptem a forma de sociedade anónima, e as pessoas colectivas sem fins lucrativas, nas condições previstas no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 2/2004, de 09 de Fevereiro;
- b) As empresas privadas em processo de constituição, através dos seus promotores, desde que apresentem os documentos que demonstrem que aquelas, uma vez constituídas, preencherão as condições previstas no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 2/2004, de 09 de Fevereiro.

2. Verificando-se a situação prevista na alínea b) do número anterior, a atribuição da licença à concorrente vencedora do concurso fica condicionada à apresentação, no prazo que lhe for fixado, de documento comprovativo da efectivação do registo do contrato de sociedade na competente Conservatória dos Registos.

Artigo 9º

1.[...].

2.[...].

3.[...].

4.[...].

O prazo para a entrega dos pedidos de candidatura é de 90 dias úteis, contados a partir da data da publicação do aviso de abertura do concurso na III Série do *Boletim Oficial*.

5.[...].”

Artigo 2º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*.